

No mês que vem Roraima deixaria de ser o único Estado brasileiro que não participa do sistema integrado nacional, dependendo de térmicas a petróleo e da importação de energia da vizinha Venezuela.

Uma linha com 721 quilômetros de extensão ligaria Boa Vista a Manaus, levando à capital roraimense a energia gerada pela hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Essa última extensão se conectaria à linha maior, recentemente inaugurada, desde a usina, no rio Tocantins, até Macapá, a leste, e Manaus, a oeste, ambas também tiradas do seu isolamento do SIN.

A linha foi licitada em setembro de 2011 e o contrato de concessão, com o consórcio Transnorte, formado pela Eletronorte e a Alupar, assinado em janeiro de 2012, para que a obra entrasse em operação em janeiro de 2015. Mas nem o licenciamento ambiental saiu - e pode nunca ser concedido. Depois de muita polêmica em torno da linha, a justiça acatou pedido do Ministério Público Federal para sustar tudo.

A reação deve-se ao fato de que 121 quilômetros dessa linha cortarão a reserva dos waimiri-atroari, que tem 2,6 milhões de hectares, abrigando 31 aldeias, com 1,2 mil habitantes. Os índios não querem a obra e os que o defendem referendam essa posição. Os defensores da linha decidiram mudar o projeto original, elaborado pelo próprio governo federal.

Ao invés de ficar a 500 metros da BR-174, a Manaus-Boa Vista, ficaria a apenas 40 metros. Ficaria assim na faixa de domínio da própria estrada, o que reduziria a quase zero o seu impacto sobre os índios e o meio ambiente. Mas a proposta não foi aceita.

Segundo a edição de hoje do jornal O Estado de S. Paulo, o consórcio está disposto a desistir do projeto e devolver a concessão ao governo, que está na origem da iniciativa e é o principal responsável pelo seu impasse atual.